



*Jose A. A. Martins*

MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA XI/2017

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
MONCHIQUE REALIZADA EM SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E  
DEZASSETE**

Ao sexto dia do mês de junho do ano dois mil e dezassete, pelas dez horas e quarenta minutos, nesta vila de Monchique e no edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária sob a presidência de Rui Miguel da Silva André, (PSD), presidente da Câmara Municipal de Monchique.-----

Estiveram presentes os vereadores Luís Filipe de Carvalho Grade, vice-presidente, (PSD); Arminda de Lurdes Andrez, (PSD); Maria da Graça Cerro Batalim da Mota (PS), e Ana Paula Gervásio Penteado Correia de Almeida (PS).-----

Não esteve presente o vereador José Gonçalo Nobre Duarte Silva (PS). A justificação para a falta constitui o [anexo XI/1].-----

A reunião foi secretariada por José António Afonso Martins, adjunto do presidente da Câmara.-----

Para cumprimento do disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, (RJAL), Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Câmara Municipal de Monchique, foi estabelecida a ORDEM DO DIA pelo presidente da Câmara, conforme edital n.º 11/2017, de 11 MAI, [anexo XI/2], com a seguinte:-----

**ORDEM DE TRABALHOS**-----

**I. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1.1. Apreciação e votação das atas n.º 8/2017, de 18 de abril, e n.º 9/2017, de 2 de maio; -----

-----1.2. Resumo diário de tesouraria;-----

-----1.3. Expediente geral e informações;-----

-----1.4. Intervenções dos membros;-----



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

-----II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA;-----

-----2.1. Teleférico. Análise e discussão;-----

-----2.2. Centro Hospitalar do Algarve. Análise e discussão.-----

-----2.3. Processo de avaliação de impacto ambiental n.º 2935.  
Projeto mina de Corte Pequena. -----

-----2.4. Ratificação do despacho n.º 6/2017 do senhor presidente  
da Câmara Municipal, exarado a 22 de maio de 2017. Voto de louvor e  
mérito aos funcionários municipais. Proposta n.º36/2017.-----

-----2.5. Ratificação do despacho n.º 7/2017 do senhor presidente  
da Câmara Municipal, exarado a 22 de maio de 2017. Voto de louvor e  
mérito à Coopachique CRL. Proposta n.º37/2017.-----

-----2.6. Atribuição de subsídio à Confraria do Medronho 'Os  
Monchiqueiros' Proposta n.º38/2017.-----

-----III. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

O presidente da Câmara, verificando a existência de *quorum*, declarou aberta a  
reunião.-----

-----I. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1.1. Apreciação e votação das atas n.º 8/2017, de 18 de abril, e  
n.º 9/2017, de 2 de maio; -----

Não tendo havido comentários ou objeções às atas, o presidente da Câmara pô-  
las à votação:-----

▪ Ata n.º 8/2017, de 18 ABR: APROVADA por UNANIMIDADE. A vereadora  
Graça Batalim não participou na votação por não ter estado presente na reunião  
a que a ata respeita (n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado  
pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).-----

▪ Ata n.º 9/2017, de 02 MAI: APROVADA por UNANIMIDADE.-----

-----1.1. Resumo diário de tesouraria;-----

A vereadora Arminda Andrez deu conhecimento ao plenário do Resumo Diário  
da Tesouraria n.º 102/2017, de 05 JUN, que evidenciava os saldos de



Jose A. A. Martins

MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

595.844,20EUR em Operações orçamentais e 211.124,57EUR em Operações não orçamentais [anexo XI/3].-----

A câmara TOMOU CONHECIMENTO.-----

-----1.2. Expediente Geral:-----

Foi presente a lista dos diplomas legais relacionados com o âmbito da administração local, publicados entre 17 MAI e 06 JUN 2017 [anexo XI/4].-----

Foi presente a lista de decisões proferidas no âmbito do licenciamento de obras particulares entre 16 MAI e 05 JUN 2017 [anexo XI/5].-----

O presidente da Câmara prestou as seguintes informações que também comentou:-----

---EVENTOS-----

- 16 MAI. Assembleia Geral da *EHTTA* em Caldas da Rainha. O presidente da Câmara esteve presente na assembleia geral da *European Historical Thermal Towns Association*, Associação das Localidades Termas Históricas Europeias, na qual foi ratificado o pedido de adesão do município de Monchique à associação. A admissão como membro de pleno direito fica condicionada à formalidade de proceder à classificação dos imóveis associados ao estabelecimento termal;-----

- 18 e 19 MAI. *Next.Mov Smart Region Summit Algarve*. A 'Cimeira da Região Inteligente', promovida pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), mas a contar com a parceria de outras instituições, teve lugar no Autódromo Internacional do Algarve. O evento focou-se na mobilidade urbana sustentável, transportes públicos e governação digital, através de debates com convidados nacionais e estrangeiros, centrados nos temas das novas formas de organização, mobilidade elétrica e transportes públicos e Turismo. O presidente da Câmara de Monchique fez a introdução de um dos painéis;-----

- 23 MAI. Visita à Academia Sénior de Monchique. Neste dia o pessoal da Academia Sénior de Monchique deu as boas vindas e conviveu com um grupo vindo de Serpa para conhecer vivências e o funcionamento da instituição.-----

- 24 MAI. Reunião de acompanhamento do projeto 'Nova Serra'. O projeto



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

'Nova Serra' é uma parceria entre os municípios de Monchique e Silves, o Grupo Pestana, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), e a 'Águas do Algarve', que pretende fazer uma intervenção no espaço envolvente à barragem de Odelouca. As ações mais salientes são a criação de um cercado para o lince ibérico, a criação de pontos de acesso à barragem e uma rede de caminhos pedestres;-----

- **25 MAI. Comemoração do Feriado Municipal.** A exemplo de anos anteriores, o município atribuiu louvores e condecorações a pessoas e entidades, em cerimónia levada a efeito;-----

- **Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Monchique.** Neste conselho foi dado conhecimento da nova diretora do agrupamento, dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Duarte, que brevemente tomará posse;-----

- **26 MAI. Almoço com o embaixador da China.** Neste almoço, em Lisboa, a convite do embaixador, fez-se o balanço do estado das relações entre Portugal e a China, desde a visita da delegação portuguesa àquele território, na qual o presidente da Câmara de Monchique esteve integrado. Destaca-se a recente abertura de um voo direto entre os dois países;-----

- **27 MAI. Conferência sobre ética no tratamento de animais.** O município esteve representado neste evento, em Tavira, a convite dos organizadores da conferência, a plataforma 'Adopta-me' e o Partido Animais e Natureza (PAN), para apresentação de projetos e ações de boas práticas nesta matéria, que têm sido levados a cabo em Monchique;-----

- **30 MAI. Visita do Grupo Parlamentar do PSD.** Em visita ao concelho, os deputados trocaram impressões com o executivo municipal sobre aspetos da operacionalidade da proteção civil e preparativos para a época de incêndios que se avizinha;-----

- **01 JUN. Dia Internacional da Criança.** Atividades de circo teatro e música ocuparam a maioria da população escolar do concelho, neste dia. Os alunos do 3.º ciclo não puderam participar porque tinham exames nesse dia;-----

- **02 JUN. Congresso internacional 'O Termalismo e Desenvolvimento**



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regional**'. O presidente da Câmara de Monchique apresentou uma comunicação neste evento organizado pela 'Termas Centro' que teve lugar em Nelas.-----

O presidente da Câmara prestou ainda as seguintes informações:-----

- O executivo continua envolvido em campanhas de sensibilização do âmbito das 'Casas sem Fogo', apesar de a Guarda Nacional Republicana (GNR), no ano em curso, não estar tão envolvida no processo, como no transato;-----

- O executivo tem estado a tentar resolver algumas situações envolvendo o Sistema de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), no município. Conta com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e das Entidades com Fins Públicos (SINTAP), da União Geral de Trabalhadores (UGT), para conseguir resolver os problemas dentro da normalidade. A resolução dos problemas existentes terá de implicar que nenhum funcionário fique prejudicado. -----

-----**1.4. Intervenções dos membros;**-----

A vereadora Paula Gervásio pediu que o presidente da Câmara detalhasse o ponto de situação do SIADAP no município. Disse ser conhecedora das reuniões com o sindicato, mas também de que a situação existente não coincide com a informação do presidente da Câmara, de que o processo decorre com normalidade. Na Escola Manuel do Nascimento, que deu como exemplo, as normas do SIADAP têm sido aplicadas rigorosamente todos os anos, mas não houve a homologação das classificações. Noutros sectores dos serviços municipais, nem sequer têm sido negociados objetivos nem atribuídas classificações. A informação de que os funcionários iriam ter arrastamento de nota ou que poderiam inclusivamente ter uma avaliação através de ponderação curricular, de acordo com o sindicato, não é uma situação propriamente legal. Assim, como vai ser possível atribuir dois ou três pontos a funcionários que se sabe terem desempenho de mérito. Colocou estas questões por lhe ter sido pedida informação, na sua qualidade de membro do órgão autárquico.-----

O colóquio que se seguiu é transcrito em discurso direto:-----

"Presidente da Câmara: *Nos últimos anos as coisas foram, mais ou menos,*



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*orientadas... há um ou dois casos por resolver. Percebemos agora que o passado está muito complicado... há uma série de questões, mas nenhum funcionário vai ficar prejudicado. Vamos fazer tudo para que isso não aconteça. O interesse em saber destas situações é dos próprios funcionários - e cada caso é um caso -. Se algum funcionário tem alguma dúvida deverá perguntar ao Conselho Coordenador de Avaliação (CCA). Os funcionários da escola deverão perguntar à professora que deveria ter ido às reuniões do CCA e tem faltado ultimamente; se tivesse vindo saberia responder aos funcionários. A situação da escola é mais fácil e está harmonizada. No nosso caso estamos a dar oportunidade que toda a gente possa ter a nota máxima. Os que pediram ponderação curricular podem ter três pontos e, segundo a autoavaliação que alguns fizeram, podem atingi-los. Essa foi uma questão assumida pelo CCA. No nosso caso, todos os funcionários vão evoluir. Mesmo que fosse um ponto por ano, desde 2004 já daria um número razoável de pontos. À questão de alguma eventual incorreção ou ilegalidade, o sindicato tem reunido com os funcionários e concluiu-se que estava tudo bem. Da reunião aqui, nos Paços, os funcionários levantaram questões que o sindicato esclareceu. Eles queriam ouvir outras respostas, mas o sindicato disse-lhes a verdade: que a Câmara Municipal está a fazer um esforço para que ninguém fique prejudicado... não dizemos que fizemos tudo correto. Houve um ano que não fizemos. Informámos a CCDRALg e disseram-nos que se procedesse ao arrastamento de nota. No cômputo geral ninguém fica prejudicado. Esta é a minha apreciação global. Caso a caso, sei que vamos ter de fazer alguma negociação de ponderação curricular que o CCA irá analisar. São duas pessoas, mas ambos cidadãos com intervenção cívica regular pelo que é provável que obtenham a nota máxima. Vamos harmonizar todas as avaliações e publicar no Diário da República a que se seguirá ainda um período para reclamações. Nunca foi publicada qualquer avaliação em Monchique, desde 2004 até agora. Acho que 99% das pessoas estão satisfeitas.*

*Vereadora Paula Gervásio: Quando fui presidente da Junta de Freguesia de Monchique, tínhamos de fazer a avaliação num determinado prazo e tínhamos*



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*Jose A. A. Martins*

*de lançar os dados numa plataforma. Como é que isso foi feito aqui?-----  
Vereadora Arminda Andrez: nunca foi feito. Desde 2004 a situação está muito  
confusa em termos de homologações. Tudo o que foi homologado está agora a  
ser carregado nas fichas individuais do sistema informático. Do que  
conseguimos carregar já enviámos um mapa provisório e eles alargaram o  
prazo.-----*

*Vereadora Paula Gervásio: espero que os funcionários não fiquem prejudicados  
pois estão algo apreensivos, como os senhores se podem aperceber.  
Relativamente às dúvidas que ponho, Sr. presidente, eu não estava aqui a  
levantar questões que pretendessem quebrar o sigilo porque, realmente a  
avaliação só diz respeito ao avaliador e ao avaliado, agora, é normal, sabendo  
as pessoas que nós fazemos parte do órgão pois fomos eleitos com os votos de  
muitas pessoas, que essas pessoas nos apresentem essas preocupações. Acho  
isto bastante saudável e é bom também que tenhamos uma informação fiável da  
vossa parte. Faço questão que isto que o Sr. presidente aqui disse seja  
transcrito, na íntegra, para a ata. É isso que eu vou dizer: que o Sr. presidente  
garantiu-nos isto."-----*

O debate sobre o assunto prosseguiu em intervenções pontuais.-----

Terminadas as intervenções deu-se entrada ao:-----

## **-----II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA;-----**

### **-----2.1. Teleférico. Análise e discussão;-----**

Presentes o promotor do projeto de teleférico a ligar o sítio do Descansa Pernas e o cume da Picota, Gildo Dutrey, e o arquiteto Eric Castaldo, projetista e coordenador do projeto.-----

O presidente da Câmara traçou um historial do projeto e enquadró-o no contexto das condicionantes dos instrumentos de ordenamento do território e também na estratégia de desenvolvimento turístico visada pelo município. Disse que, a pedido do promotor, subscreveu uma carta de conforto, de garantias aos potenciais investidores, do interesse municipal no projeto. A sua execução terá contrapartidas para o município que, por seu lado, irá, eventualmente,



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

reposicionar infraestruturas públicas e colaborar para a viabilização do projeto. Seguidamente deu a palavra ao arquiteto Eric Castaldo.-----

O técnico, com o auxílio de uma projeção de diapositivos, fez uma palestra sobre o projeto, as suas componentes e implicações.-----

Seguidamente os membros trocaram impressões sobre o projeto e colocaram questões, a que o técnico e o promotor responderam.-----

O promotor disse que, embora dispondo já da carta de conforto subscrita pelo presidente da Câmara, gostaria de entender que a Câmara é consensual quanto ao reconhecimento de utilidade pública municipal do projeto em apreciação.-----

A vereadora Paula Gervásio disse que o ponto da ordem de trabalhos da reunião não contém uma proposta para que o órgão delibere. Além disso, a vereação do PS, que só nesta altura tomou conhecimento de alguns aspetos do projeto, precisa de estudá-lo com maior detalhe e conhecer a avaliação de impacto ambiental do empreendimento. Nesta conformidade, não iria emitir qualquer opinião.-----

O presidente da Câmara disse que será preparada uma proposta para deliberação sobre o assunto em apreço, para apresentar numa próxima reunião do órgão executivo.-----

-----**2.2. Centro Hospitalar do Algarve. Análise e discussão.**-----

O presidente da Câmara introduziu o ponto, lendo uma carta do assistente graduado sénior de Cirurgia do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), dr. Mahomede Americano, endereçada ao presidente do Conselho de Administração do CHA, com conhecimento a diversas entidades, entre as quais o ministro da Saúde e os presidentes das câmaras do Algarve [anexo XI/6].-----

O presidente da Câmara disse que o agendamento do ponto serviu para dar conhecimento à vereação de um assunto que considerou importante, relativo à Saúde. No entanto, uma vez que a carta foi remetida também aos restantes presidentes das câmaras algarvias, considerava adequado endereçá-la à Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), para agendamento de debate e





MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

deliberação.-----

Os presentes manifestaram concordância com o proposto e trocaram outras impressões sobre o assunto, coloquialmente.-----

-----**2.3. Processo de avaliação de impacto ambiental n.º 2935. Projeto mina de Corte Pequena.**-----

Esteve presente a técnica superior dos Serviços Urbanos e Ambiente, do município de Monchique, engenheira Sónia Gil da Silva.-----

O presidente da Câmara introduziu o ponto, acrescentando que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), solicitou pareceres específicos ao município e à Junta de Freguesia de Alferce, em paralelo, mas independentemente da consulta pública sobre a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), da pretensão da firma Sifucel Sílicas, para a mina de Corte Pequena. Coligiram-se as informações de técnicos de diversos serviços municipais e um parecer técnico, produzido pela firma Terra, Ambiente e Recursos Hídricos, Lda. (TARH), sobre o impacto nas captações de água, num documento a ser enviado no dia de hoje [anexo XI/7], limite do prazo para a remessa do citado parecer específico. Comentou também que a postura da Sifucel no processo tem-se caracterizado por logros e desonestidade, como é, entre outros, o caso da mudança da designação da localização da mina, de Carapitotas para Corte Pequena - que são a mesma zona -, para tentar fazer crer que desistiu do primeiro projeto. A falta de transparência verificada na tramitação de este e de outros processos similares faz subentender que se está a lidar com interesses económicos poderosos e grupos de pressão que podem recorrer a métodos pouco convencionais para atingir os seus fins. Caso se venha a verificar necessário, a oposição a estas pretensões terá de processar-se ao mesmo nível de conduta; além de pretender interpor um pedido de providência cautelar contra a exploração, caso esta venha a ser licenciada, o executivo está na disposição de fazer uso de todas as prerrogativas cometidas ao município em matéria de administração do território, para barrar a exploração. Seguidamente deu a palavra à engenheira Sónia Gil.---



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

A engenheira traçou o historial das fases do processo de consulta pública e esclareceu questões técnicas relacionadas com a pretensão.-----

Seguidamente os membros trocaram impressões sobre o assunto e, consensualmente, manifestaram concordância com o procedimento agendado.-----

-----**2.4. Ratificação do despacho n.º 6/2017 do senhor presidente da Câmara Municipal, exarado a 22 de maio de 2017. Voto de louvor e mérito aos funcionários municipais. Proposta n.º36/2017 [anexo XI/8].-----**

“Ratificação do Despacho 06/2017 do senhor Presidente da Câmara Municipal de Monchique exarado a 22 de maio de 2017 - Voto de louvor e mérito aos Funcionários Municipais [/] RUI MIGUEL DA SILVA ANDRÉ, Presidente da Câmara Municipal de Monchique, [/] Considerando que: [/] - os funcionários da Câmara Municipal de Monchique são o garante da execução física e administrativa das políticas definidas pelos eleitos locais de todos os órgãos, inclusive das Freguesias; [/] - o reconhecimento público de todo o seu empenho nesta missão tem sido ignorado ou praticamente inexistente ao longo dos anos desde que existe o Poder Local Democrático; [/] - como tem sido exemplo de outros Municípios, são distinguidos os Funcionários Municipais de forma pública em cerimónia existente nas comemorações do Feriado Municipal; [/] - entende o Executivo da Câmara Municipal a que presido que é justo reconhecer a dedicação e abnegação dos Funcionários Municipais, inclusive aqueles que já se encontram no gozo da sua reforma; [/] - não existe, até ao presente momento, no Município de Monchique, regulamento de Atribuições de distinções honoríficas; [/] - nos últimos quatro anos houve o reconhecimento em Sessão Solene deste seu esforço, dedicação e entrega à causa pública; [/] - a reunião de Câmara posterior a esta ato e está agendada para o dia 6 de junho, uma vez que a informação do serviço de Recursos Humanos só foi disponibilizada a 19 de maio, e, em concordância com o parecer da CCDD Algarve, em que não podem existir deliberações do Órgão Executivo sem estarem previamente em Ordem de Trabalhos, aprovei por meu Despacho a proposta 34/2017, ficando a mesma sujeita a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade, conforme estatuído no n.º 3 do art.º 35.º, em conjugação com o art.º 36.º do regime jurídico das autarquias locais, estabelecido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [/] Proponho, que a Câmara Municipal de Monchique na sua reunião ordinária, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se digne



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

ratificar o despacho 06/2017 do Presidente da Câmara exarado a 20 de maio sobre a aprovação da proposta 34/2017. [/] A presente proposta é aprovada em minuta, em conformidade com a deliberação de Câmara de 21 de outubro de 2013, respeitante à aprovação das decisões e deliberações de Câmara em minuta. [/] Paços do Município de Monchique, 22 de maio de 2017 [/] O presidente da Câmara".-----

**Debate:** O presidente da Câmara introduziu e contextualizou a proposta, após o que inquiriu os membros por intervenções.-----

Não houve intervenções.-----

**Deliberação:** APROVAÇÃO da proposta, por UNANIMIDADE.-----

-----**2.5. Ratificação do despacho n.º 7/2017 do senhor presidente da Câmara Municipal, exarado a 22 de maio de 2017. Voto de louvor e mérito à Coopachique CRL. Proposta n.º37/2017 [anexo XI/9].-----**

"Ratificação do Despacho 07/2017 do senhor Presidente da Câmara Municipal de Monchique exarado a 22 de maio de 2017 - Voto de louvor e de mérito à Coopachique, CRL [/] RUI MIGUEL DA SILVA ANDRÉ, Presidente da Câmara Municipal de Monchique, [/] Considerando que: [/] a COOPACHIQUE - Cooperativa Agrícola do Concelho de Monchique, CRL foi fundada em 1977; [/] - esta Cooperativa, registada na Base de dados Municipal, pela forma de dedicação pública, de amor ao cooperativismo e que de forma voluntária e abnegação como sempre desempenhou as suas funções e manteve os seus valores incorporados num espírito de missão, é reconhecida pela Comunidade de Monchique assim como de outros locais; [/] esta Cooperativa sempre soube manter ligações privilegiadas com os representantes dos órgãos autárquicos de Monchique, de quem soube ganhar a confiança e estima ao longo destes 40 anos; [/] esta Cooperativa com sede no Concelho de Monchique tem tido um trabalho meritório na promoção na área do desenvolvimento do mundo rural no concelho de Monchique; [/] a Reunião de Câmara posterior a esta ato e está agendada para o dia 6 de junho, uma vez que a informação do serviço que assegura o Registo Municipal de Associações, Instituições e Coletividades só conseguiu enviar a 18 de maio, e, em concordância com o parecer da CCDR Algarve, em que não podem existir deliberações do Órgão Executivo sem estarem previamente em Ordem de Trabalhos, aprovei por meu despacho a proposta 35/2017, ficando a mesma sujeita a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade, conforme estatuído no n.º 3 do art.º



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

35.º, em conjugação com o art.º 36.º do regime jurídico das autarquias locais, estabelecido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. [/] Proponho, que a Câmara Municipal de Monchique na sua reunião ordinária, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se digne ratificar o despacho 07/2017 do Presidente da Câmara exarado a 20 de maio sobre a aprovação da proposta 35/2017. [/] A presente proposta é aprovada em minuta, em conformidade com a deliberação de Câmara de 21 de outubro de 2013, respeitante à aprovação das decisões e deliberações de Câmara em minuta. [/] Paços do Município de Monchique, 22 de maio de 2017 [/] O presidente da Câmara".-----

**Debate:** O presidente da Câmara introduziu e contextualizou a proposta, após o que inquiriu os membros por intervenções.-----

Não houve intervenções.-----

Deliberação: APROVAÇÃO da proposta, por UNANIMIDADE.-----

-----**2.6. Atribuição de subsídio à Confraria do Medronho ‘Os Monchiqueiros’ Proposta n.º38/2017 [anexo XI/10].**-----

A vereadora Graça Batalim NÃO PARTICIPOU no debate e votação da proposta por ser parte interessada, enquanto chanceler da Confraria de Medronho ‘Os Monchiqueiros’, entidade candidata aos apoios preconizados na proposta em apreciação.-----

**“Atribuição subsídio à Confraria do Medronho “Os Monchiqueiros”** [/] RUI MIGUEL DA SILVA ANDRÉ, Presidente da Câmara Municipal de Monchique, [/] Considerando: [/] Que a Câmara Municipal entendeu, nos últimos anos, como prioridade política, o apoio a associações diversas do Concelho, fazendo-o de uma forma clara e transparente; [/] - Que esse apoio se materializou em apoiar a construção de infraestruturas, iniciativas diversas dentro do seu objeto social, sejam estas pontuais, regulares ou ao investimento; [/] - Que em reuniões com a direção da Confraria do Medronho “Os Monchiqueiros”, foi solicitado um apoio para fazer face às suas necessidades mais prementes, como é o caso dos gastos com a sua sede; [/] - Que o mesmo pedido foi realizado em ofício que deu entrada a 02 de maio de 2017; [/] Proponho, que a Câmara Municipal de Monchique na sua reunião ordinária, nos termos da alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprove atribuição de um subsídio de até 500.00€ (quinhentos euros) mensais à Confraria do Medronho “Os Monchiqueiros” para apoiar o funcionamento da sua atividade. [/] Delibera



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

ainda que: [/] - Este apoio financeiro será de 12 meses, prorrogável, se assim for entendido pelo Município; [/] - De acordo com as necessidades da Instituição, o apoio poderá variar até ao montante máximo definido; [/] - A Confraria do Medonho "Os Monchiqueiros" obriga-se a informar o Município da aplicabilidade do subsídio requerido durante os meses que receber este apoio financeiro; [/] A presente proposta é aprovada em minuta, em conformidade com a deliberação de Câmara de 21 de outubro de 2013, respeitante à aprovação das decisões e deliberações de Câmara em minuta. [/] Paços do Município de Monchique, 01 de junho de 2017 [/] O presidente da Câmara".-----

**Debate:** O presidente da Câmara introduziu e contextualizou a proposta, após o que inquiriu a vereação por intervenções.-----

Os presentes debateram o assunto coloquialmente, em intervenções pontuais.----

**Deliberação:** APROVAÇÃO da proposta, por UNANIMIDADE dos votantes.----

-----**III: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Interveio o cidadão Stephen Hugman, residente em Rua Calouste Gulbenkian, Monchique. Disse que, olhando para os 80 alojamentos locais, hotéis, restaurantes e empresas de atividades de turismo da Natureza em operação no concelho de Monchique, pode conjecturar-se que se trata de investimentos que ascendem aos milhões de euros. Estes investimentos privados, de residentes, eleitores, foram apadrinhados pelo município que tem agora o dever de protegê-los. É aconselhável a realização de um estudo para avaliar o peso económico desta indústria no município e do seu contributo para a região e país. Na posse destes dados será possível contra-argumentar decisões superiores de licenciar outro tipo de atividades que tenham como única justificação o alegado interesse económico. Nestas circunstâncias, qualquer empreendimento que não possa coexistir com as atividades económicas atuais, só se poderá justificar se o seu benefício económico para o município suplantar largamente estas.-----

O presidente da Câmara, manifestando concordância com o ponto de vista expresso, disse que o município tem feito uma aposta na preservação da natureza e das belezas naturais, da qual não abdicará, sejam quais forem os argumentos economicistas que se contraponham.-----



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

-----  
-----  
**Encerramento.**  
-----

O presidente da Câmara deu por encerrada a reunião pelas treze horas e dez minutos. Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo presidente da Câmara e por mim, José António Afonso Martins, que a secretariei.-----

O presidente da Câmara,

O secretário,

*Jose A. A. Martins*